

PORTUGAL E ESPANHA ANTES DA GUERRA DE 1801³⁶

Por António Ventura

Catedrático de la Faculdade de Letras
Universidade de Lisboa

As monarquias europeias reagiram com firmeza após a morte de Luís XVI, horrorizadas com a forma como um rei era despojado das suas prerrogativas, humilhado, julgado e finalmente executado como um vulgar criminoso. A Áustria e a Prússia, que inicialmente se ergueram contra a França revolucionária, já não estavam sós, outras potências europeias decidiram agir com vigor para travar a tempo aquilo que muitos consideram ser uma loucura colectiva que levou um povo demente a assassinar o seu próprio Pai. Portugal não escapou a esse clima anti-francês generalizado, potenciado pela aliança com a Grã-Bretanha e pelos tratados com a Espanha. Esta abandonava por fim uma neutralidade dúbia, na qual pesou decisivamente a vontade de salvar a vida a Luís XVI, para se empenhar na cruzada contra a França revolucionária. A 20 de Setembro de 1793, uma força portuguesa comandada pelo Tenente-general John Forbes Skellater partiu para a Catalunha, com destino ao porto de Rosas, reunindo-se depois ao exército do General António Ricardos que se preparava para cruzar os Pirinéus.

A França teve que lutar em três frentes. A Leste, contra os austríacos, no interior, contra os levantamentos anti-republicanos, e agora a Ocidente, com a invasão do Rulhão pelo exército hispano-luso. Não admira que, inicialmente, os franceses tenham acumulado derrotas. Mas as vitórias alcançadas a Leste e a derrota das insurreições realistas no interior permitiram a Paris acorrer com novas tropas à frente pirenaica, transferindo, também, alguns generais mais experientes. Os resultados não se fizeram esperar. Em meados de 1794, os franceses passam de atacados a atacantes. O combate de Banyuls (20 Novembro de 1794) inverteu a sorte da guerra, obrigando as tropas espanholas e portuguesas a uma série de retiradas estratégicas que por vezes mais pareciam fugas desordenadas. Para quem

³⁶ Sobre este tema v. os nossos estudos «Portugal e Espanha em Vésperas da Guerra das Laranjas: as Questões Militares», Separata de Actas do X Colóquio de História Militar. Portugal e os Abalos Político-militares da Revolução Francesa, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2001, pp. 129 a 164, e A Guerra das Laranjas. A Perda de Olivença, Lisboa, Prefácio, 2004, maxime Capítulos I - Os Antecedentes da Guerra (1796 – 1801) (pp. 9 a 2) e II - Os Preparativos (pp. 42 a 62).

tivesse dúvidas, a rendição do inexpugnável forte de Figueras, a 27 de Novembro, sem qualquer resistência, era a prova irrefutável que tudo tinha mudado. Os franceses invadiram a Catalunha, com amplas complicitades locais, colhendo os frutos de uma propaganda insistente na região³⁷.

Manuel Godoy, o grande inspirador da declaração de guerra, converteu-se, agora, no mais fervoroso defensor das negociações com a França. A situação não podia ser pior – os franceses ocupavam Bilbao, Vitória e San Sebastian, para só referirmos as localidades mais importantes.

Sem que Portugal tivesse conhecimento do que se passava, Madrid iniciou negociações secretas com a França que culminaram com a assinatura de um tratado de paz entre os dois países, concluído a 22 de Junho de 1795. A Espanha assumia uma paz em separado com a República Francesa, que ficou conhecida como a Paz de Basileia, cidade onde decorreram as conversações, protagonizando uma completa viragem na sua política externa, com profundas implicações para o nosso país. Portugal só tomou conhecimento da assinatura do tratado depois de tudo consumado, retirando as tropas portuguesas e ficando o nosso país a aguardar, expectante, as consequências do seu infeliz envolvimento na guerra.

Mas o maior alcance das negociações que conduziram à paz de Basileia foi o início regular de contactos entre Paris e Madrid com vista à concretização de outro tratado, desta vez de aliança, que transformando os antigos inimigos em aliados. Malabarismo diplomático e político, sem dúvida, mas que se estribava numa hostilidade multissecular entre a Espanha e a Grã-Bretanha, sendo esta, afinal, o grande inimigo histórico da Espanha.

Durante as conversações de Basileia, os negociadores espanhol e francês, Iriarte e Barthélemy, começaram a abordar, em Julho de 1795, a hipótese de celebração de uma aliança, mas a conclusão da paz era prioritária. Embora a Espanha possuísse um longo historial de conflitos com a Grã-Bretanha – a ocupação de Gibraltar recordava-o permanentemente –, a verdade é que ambos os países estavam unidos pelo tratado de aliança ofensiva e defensiva de 25 de Maio de 1793. Durante a guerra contra a França forças inglesas e espanholas colaboraram na Córsega e em Toulon. Mas também ocorreram incidentes entre espanhóis e

³⁷ Lucienne Domergue, «Propaganda y Contrapropaganda en España durante la Revolución Francesa (1789 – 1795)», in Jean-René Aymes (ed.), *España y la Revolución Francesa*, Barcelona, Crítica, 1989, pp. 119 a 167. Jean-René Aymes, *La Guerra de España contra la Revolución Francesa (1793 – 1795)*, Alicante, Instituto de Cultura «Juan Gil-Albert», 1991, maxime V Parte: «La Guerra de Opinión y la Opinión ante la Guerra» (pp. 373 a 472).

ingleses, nomeadamente na América. A Espanha suspeitava que a Inglaterra tinha ambições no continente americano e que, mais tarde ou mais cedo, iria desafiar a hegemonia espanhola na região. De qualquer modo, as negociações franco-espanholas tinham que obedecer ao maior secretismo para não alertar Londres.

A Inglaterra ficou profundamente descontente com a assinatura da Paz de Basileia, que enfraquecia a coligação anti-francesa. Em Setembro de 1794, Manuel Godoy já não tinha dúvidas quanto à inevitabilidade de uma guerra com a Grã-Bretanha, e que seria vantajoso para Madrid firmar uma aliança com a França antes da previsível ruptura com Londres. Mas nem tudo corria segundo os planos do Príncipe da Paz. Persistiam em Espanha profundos ressentimentos contra a França revolucionária, receando muitos que uma aliança com Paris fosse mais prejudicial que benéfica para a Espanha, podendo uma excessiva ligação resultar numa difusão das ideias revolucionárias que poderiam ameaçar os Bourbons. A Grã-Bretanha, apesar de ressentida, revelou uma estranha complacência em relação à Espanha, tudo fazendo para evitar uma ruptura entre os dois países. Qualquer reacção mais violenta por parte de Londres poderia atirar a Espanha para os braços da França. Não interessava à Grã-Bretanha criar mais um inimigo, para mais tramando-se de potência naval que podia desequilibrar uma situação que era favorável a Londres. Nada menos desejado que a junção das esquadras espanhola e francesa, cujos efectivos poderiam alterar a correlação de forças. Para mais, era necessário concentrar forças navais britânicas na América para reprimir as revoltas de negros nas Antilhas – Jamaica, Saint-Vincent e Granada.

Punhos de renda e canhões

Concluído a 19 e Agosto de 1796 o Tratado de Santo Ildefonso, entre a França e a Espanha, Madrid começou a ser pressionada no sentido de levar Lisboa a firmar a paz com Paris. Sem deixar de se considerar aliados – basta consultarmos a correspondência entre Manuel Godoy e Luís Pinto de Sousa, sempre cordial, mesmo quando as missivas respiram determinação³⁸ - as relações entre os dois Estados peninsulares conheceram uma progressiva deterioração provocada pelos respectivos aliados. A Inglaterra considerava Portugal como uma base segura de onde podia atacar impunemente a Espanha, enquanto que a França pressionava Madrid de uma forma que ultrapassava uma relação de igualdade.

³⁸ Veja-se o nosso estudo «Deus Guarde a V. Ex.^a Muitos Anos. Manuel Godoy e Luís Pinto de Sousa (1796 – 1798)», in Revista de Estudios Extremeños, (Badajoz) Tomo LVII, Número III, Setembro-Dezembro de 2001, pp. 963 a 1116.

Em 1796 eram já ostensivas as concentrações de tropas espanholas junto às fronteiras portuguesas, em especial na Extremadura. Será que o objectivo de Manuel Godoy era avançar para um confronto militar imediata com Portugal? Não o cremos, pelo menos naquele ano. A Espanha, muito debilitada pela guerra do Russilhão, ainda não estava em condições de invadir Portugal e a eventual ajuda francesa para um tal projecto tardava e não recolhia unanimidade na Corte madrilena. Godoy pretendia, antes de mais, intimidar Lisboa e levá-la a negociar, cedendo em toda a linha às suas exigências francesas. Os movimentos de tropas e de material decorriam paralelamente à troca de correspondência e aos contactos diplomáticos. Em Setembro de 1796, o nosso Embaixador em Madrid, Diogo de Carvalho e Sampaio, informava que as tropas espanholas reunidas na Extremadura ascendiam a 20 000 homens de Infantaria e de Cavalaria, tendo sido nomeado para as comandar o General D. Juan Manuel Alvarez, com a patente de Capitão General, Capitão General que era dos quatro Reinos de Andaluzia, mas não ocupou o cargo devido a ter sido nomeado Ministro da Guerra. Estavam também em Badajoz D. Luís de Godoy Alvarez, Capitão General da Extremadura, nomeado Inspector de Infantaria, e D. Diogo de Godoy, Inspector de Cavalaria.

Os boatos que circulavam nas Cortes peninsulares envenenavam as relações entre os dois Estados. Em Madrid constava que se esperavam em Lisboa 20 000 ingleses, e que Portugal planeava um ataque à Galiza com auxílio inglês.

A Espanha declarou guerra à Grã-Bretanha a 7 de Outubro de 1796, o que veio agravar as relações luso-espanholas. Prevendo um tal desfecho, Portugal proclamou a sua neutralidade a 17 de Setembro, mas era evidente que, no caso de um conflito anglo-espanhol, seria impossível ao governo de Lisboa manter uma tal posição sem violar os tratados existentes com a Inglaterra. Portugal estava obrigado a prestar auxílio aos barcos ingleses, embora o território nacional não pudesse ser utilizado como ponto de apoio aos ataques à Espanha. Em contrapartida, os barcos portugueses e ingleses sentiam-se legitimados para atacar, a partir de Portugal, as embarcações francesas, uma vez que existia um estado de guerra entre aquelas nações. A neutralidade portuguesa aplicava-se somente ao país vizinho, mas não à França.

Mas a realidade será bem diferente. Os navios ingleses agiam com total impunidade, desrespeitando a neutralidade portuguesa, atacando a partir dos nossos portos os barcos espanhóis, alguns dos quais eram apresados, embora o decreto de neutralidade o proibisse explicitamente, chegando os ingleses a vender as presas em território português. Andres Muriel, crítico acérrimo do Príncipe da Paz, censurava Carlos IV e Godoy por não terem desenvolvido uma política mais agressiva em relação a Portugal:

«Carlos IV manteve-se aliado com Portugal, do mesmo modo que antes da declaração de guerra à Grã-Bretanha, postergando deste modo os verdadeiros interesses do reino e o amor dos seus filhos. Situação singular, sem dúvida! Éramos inimigos dos ingleses e ao mesmo tempo mantínhamos uma estreita amizade com o mais íntimo dos seus aliados!».³⁹

Em Outubro de 1796, o governo espanhol continuava a enviar tropas para a fronteira da Extremadura, circulando notícias de que tinham sido nomeados para as comandar os Generais D. Ventura Caro e D. José Urrutia las Casas, que o nosso embaixador em Madrid considerava serem «do melhor que há em Espanha»⁴⁰.

Em Novembro de 1796, aquele exército somava 25 000 a 30 000 homens, dos quais 5 000 a 6 000 de Cavalaria. De Sevilha partiam regularmente comboios de carros carregados de armas, mantimentos e canhões, mas o mau tempo que então se registou jogou a favor de Portugal, atrasando a sua condução para Badajoz..

O Exército da Extremadura ainda não estava operacional, embora continuasse a receber reforços e material. Os batalhões de Guardas Espanholas e Valonas oriundos da Catalunha receberam ordem de deter a marcha. Por outro lado, ainda não estavam nomeados os generais que deviam comandar as tropas em Castela e na Extremadura, sendo neste último caso confiado o seu comando, embora interinamente, ao Marechal de Campo D. Benito Pardo de Figueroa, que fora Quartel Mestre de D. Juan Manuel Alvarez.

Em Janeiro de 1797, Manuel Godoy propôs a Portugal a assinatura de uma convenção que aliviasse a tensão existente, e que acabou por não se concretizar. Mas, durante esse período, a Espanha aliviou a pressão sobre as fronteiras portuguesas, travando a chegada de novos reforços, embora não de modo ostensivo. O nosso Embaixador explicava que tal não era conveniente porque os contactos decorriam sem o conhecimento dos franceses e que, por isso,

³⁹ Andres Muriel, Historia de Carlos IV, Madrid, Atlas, Biblioteca de Autores Españoles, 1959, edição e estudo preliminar de Carlos Seco Serrano, Volume II, p. 6.

⁴⁰ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, nº 124, Madrid, 28-10-1796, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 642.

«SE NÃO POSSAM POR HORA RETIRAR AS TROPAS DAS FRONTEIRAS, PORQUE SERIA O MESMO QUE DESCOBRIR O SEGREDO DESTA NEGOCIAÇÃO»⁴¹.

Alguns reforços espanhóis ainda foram chegando em Fevereiro, o que se deveu ao facto de as ordens suspensão terem sido dadas anteriormente. Anulá-las implicaria denunciar as negociações em curso. Mas tudo se frustrou, em parte devido à acção dos nossos aliados ingleses. Carvalho e Sampaio lamentava-se amargamente: «a nossa união com a Inglaterra é a causa de todos os incómodos que actualmente padecemos»⁴².

A aliança inglesa e os seus inconvenientes

A situação de Portugal não lhe permitia grande margem de manobra. Teoricamente continuava a ser aliado da Espanha. Mas os tratados com Londres impunham ao nosso país a concessão de facilidades aos ingleses e estes aproveitavam o nosso território para o apoio de operações ofensivas contra a Espanha. O primeiro de uma série de episódios negativos foi a batalha do Cabo de S. Vicente, travada a 14 de Fevereiro de 1797 junto à nossa costa, onde a esquadra inglesa, comandada pelo Almirante Jervis, derrotou a espanhola sob o comando do Tenente-general D. José de Córdova. Os navios portugueses não participaram directamente no combate, mas tiveram nele um papel indirecto⁴³. Em Janeiro de 1797 cruzava as águas do Algarve uma pequena força composta pela fragata *Tritão*, que era o navio chefe, comandada pelo Capitão-de-Fragata Donald Campbell, o bergantim *Falcão*, comandado pelo Capitão-tenente José Maria de Almeida, e o bergantim *Diligente*, comandado pelo Capitão-tenente João Félix Pereira de Campos. Davam caça a um corsário francês que actuava junto a Vila Nova de Milfontes e que tinha apresado três iates portugueses. Também participavam nas operações o caíque *Leão*, o iate *Soledade*, comandado pelo 2º Tenente Joaquim Inácio Lobo, e a fragata *Tétis*, comandada pelo Visconde de Roquefeuil. No início de Fevereiro, um temporal levou os navios portugueses a procurarem abrigo ao norte do cabo de São Vicente, o mesmo fazendo a esquadra inglesa do Almirante

⁴¹ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, nº 3, 5-1-1797, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 643.

⁴² Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, nº 25, 25-2-1797, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 643.

⁴³ António Marques Esparteiro, *A Fragata Tritão e a Batalha do Cabo de São Vicente*, Lisboa, Subsídios para a História da Marinha de Guerra, XIII, 1950.

John Jervis, que bloqueava o porto de Cádiz. A 11 de Fevereiro, ambas as esquadras regressaram aos respectivos destinos: a inglesa rumou para Cádiz e a portuguesa para a costa algarvia. A 13 de Fevereiro, perto do Cabo de Santa Maria, os navios portugueses encontraram um navio sueco que lhes comunicou ter sido revistado por uma esquadra franco-espanhola que havia saído de Cádiz dias antes. De imediato, a fragata *Tritão* procurou conformar a informação:

«botou ao rumo indicado pelo sueco, apesar do mar grosso e vento ponteiro, a fim de ir reconhecer a força combinada. Cerca da uma hora da noite, encontrou de facto a esquadra em grande desordem de formatura navegando com pouca vela para oeste. Uma parte navegava de capa e a outra com pano reduzido seguia em diferentes direcções. A nossa fragata passou despercebida e, depois de reconhecer completamente a força inimiga, rumou em demanda da esquadra inglesa. Ao amanhecer estava com Jervis a quem informou de tudo quanto vira e sabia»⁴⁴.

A fragata *Tritão*, depois de confirmar que, afinal, não havia navios franceses na outra esquadra, mas unicamente espanhóis, comunicou ao Almirante inglês que não podia tomar parte na acção porque não havia guerra entre Portugal e Espanha. Manteve-se à distância mas assistiu ao combate. Mas a verdade é que a acção do navio português na detecção da esquadra espanhola e na informação dada a Jervis acabou por ser decisiva no resultado obtido pelos ingleses...

A neutralidade declarada pelo Príncipe Regente face à guerra entre a Inglaterra e a Espanha permitia que barcos apresados pelos beligerantes – teoricamente ambos aliados de Portugal – pudessem entrar nos portos portugueses, mas apenas quando estivessem danificados e necessitassem comprovadamente de reparações. Depois da batalha, os ingleses levaram para Lagos quatro barcos capturados e desembarcaram ali um grande número de prisioneiros espanhóis. As autoridades espanholas não esconderam o seu desagrado, embora tudo tivesse ocorrido na mais estrita legalidade.

Em carta a Luís Pinto de Sousa, Manuel Godoy protestava:

«DE RESULTAS DEL COMBATE QUE ALGUNOS BUQUES DE
LA ESCUADRA ESPAÑOLA TUVIERON EL 14 DE FEBRERO
PRÓXIMO CON LA INGLESA AL MANDO DEL ALMIRANTE

⁴⁴ António Marques Esparteiro, op. cit., p. 24.

JERVIS CERCA DEL CABO DE SAN VICENTE, CONDUJO ESTE AL PUERTO DE LAGOS CUATRO NAVÍOS ESPAÑOLES APRESADOS; Y HABIENDO TRATADO Y CONVENINDOSE DESDE LUEGO EN LA ENTREGA DE LOS PRISIONEROS BAJO EL CORRESPONDIENTE RECIBO, OCURRIÓ EL CÓNsul DE ESPAÑA EN ALGARVE AL CAPITÁN GENERAL DE AQUELLA PROVINCIA SOLICITANDO LE PROPORCIONARA CAUDALES PARA LOS PRECISOS GASTOS DE LA ASISTENCIA Y CURACIÓN DE LOS ENFERMOS Y HERIDOS, QUE FUERON LLEVADOS À LOS HOSPITALES DE DICHA CIUDAD, Y PARA LA HABILITACIÓN DE LOS PRISIONEROS QUE DEBÍAN PASAR À ESTOS REINOS.

Sin embargo de que esta solicitud habría sido atendida por sus circunstancias aun en el país mas enemigo, no lo que fue por dicho Capitán General, quien, después de una longa sesión que tubo sobre el asunto con el Cónsul, no hizo otra cosa que prevenir al Gobernador de Lagos que auxiliara à los enfermos y heridos, y à los demás prisioneros españoles negándose absolutamente à facilitar el dinero sino precedía orden especial de esa Corte.

No se oculta à Vuestra Excelencia la extrañeza que tan irregular procedimiento, contrario a los mas recomendables oficios de humanidad, ocasionan a toda nación civilizada, tanto mas quanto respecto de España median los mas estrechos vínculos de parentesco y amistad, y la buena acogida que en todos sus puertos han hallado siempre los vasallos portugueses, facilitándose los víveres, municiones, efectos, caudales y quanto han necesitado sin la menor restricción, ni especial orden de la Corte, aun en casos incomparables con el presente».⁴⁵

Consciente das debilidades portuguesas, o governo de Lisboa não ignorava que o auxílio inglês era imprescindível no caso de uma guerra com a

⁴⁵ Manuel Godoy para Luís Pinto de Sousa, Aranjuez, 3 de Março de 1797, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, 1797, Caixa 643.

França e a Espanha. Ao longo dos meses, sucederam-se os pedidos, através de D. José de Almeida de Melo e Castro, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Corte de Londres. Essas solicitações iam desde o reforço da esquadra de Jervis, ao envio de tropas de terra, armas, pólvora e outro material de guerra e logístico. Segundo os cálculos de Luís Pinto de Sousa, Portugal necessitaria de pelo menos 20 000 ingleses para poder enfrentar com sucesso uma invasão franco-espanhola.

Outra preocupação de Lisboa era a contratação de um General estrangeiro para comandar o Exército português sob as ordens do Marechal General Duque de Lafões. Inicialmente a escolha recaiu sobre o Príncipe Cristian de Waldeck, que chegou a Portugal a 17 de Maio de 1797, mas acabou por falecer a 24 de Setembro de 1798, frustrando as expectativas nele depositadas e que o levaram a fazer uma viagem de inspecção pelo país. Depois, optou-se pelo Conde Alexander von der Goltz, que estava ao serviço do rei da Dinamarca, Cristiano VII. Chegou a Lisboa a 14 de Setembro de 1800 e foi nomeado Marechal do Exército Português a 1 de Julho de 1800. No entanto, só entrou em funções efectivas após o fim da Guerra das Laranjas, substituindo o Duque de Lafões depois da derrota portuguesa⁴⁶.

O General José de Urrutia no comando do Exército da Extremadura

Em Abril de 1797, Luís Pinto de Sousa propunha à Espanha negociações de paz com a Inglaterra, sob mediação portuguesa, mas Manuel Godoy recusou liminarmente tal hipótese, argumentando, com uma lógica inatacável, que a França jamais o permitiria. O Príncipe da Paz estava consciente da incomodidade da sua aliança com Paris e de como ela condicionava a política externa espanhola. Bem vistas as coisas, Portugal e Espanha encontravam-se numa situação muito semelhante, fortemente condicionados pelos respectivos aliados mais poderosos. De qualquer modo, Godoy reafirmava ao nosso Embaixador, em Abril de 1797, que a Espanha não tinha qualquer intenção ofensiva em relação a Portugal, o que era corroborado por Carvalho e Sampaio quando assegurava a Luís Pinto de Sousa que

⁴⁶ V. Henrique de Campos Ferreira Lima, «O Marechal Conde de Goltz Comandante em Chefe do Exército Português», Boletim do Arquivo Histórico Militar, nº 8, 1938, pp. 190 a 247.

«NÃO HÁ A MENOR APARÊNCIA DE QUE A ESPANHA SE DISPONHA A FAZER OBRAR CONTRA PORTUGAL O EXÉRCITO QUE SE ACHA NA EXTREMADURA»⁴⁷.

Existiam alguns indícios que justificavam o optimismo do diplomata português, para além da sua inata boa-fé. O exército da Extremadura, aquele que previsivelmente teria maior protagonismo em caso de uma guerra com Portugal, estava longe da operacionalidade plena. Os seus efectivos somavam apenas treze mil homens e as carências logísticas eram muitas. Para mais, no último Conselho de Guerra fora aprovada uma importante reforma do Exército Espanhol que previa a sua redução para metade, isto é, uns escassos quarenta ou cinquenta mil homens.

Em Maio de 1797, o Tenente General D. José Urrutia, ex-Capitão-General da Catalunha, foi oficialmente nomeado para o Exército da Extremadura, como Carvalho e Sampaio informava:

«O Capitão-General D. José Urrutia chegou ontem a este sítio [Aranjuez]. O Príncipe da Paz me disse agora que podia avisar V. Ex^a de que ele passava ao exército da Extremadura, não a comandá-lo contra Portugal, mas sim a cuidar da sua disciplina; e me assegurou dos sentimentos de amizade desta Corte a respeito de Portugal»⁴⁸.

A 15 de Maio, nova informação:

«O TENENTE-GENERAL INSPECTOR DE DRAGÕES, D. DIEGO DE GODOY, SE ACHA NESTE SÍTIO, ONDE CHEGOU ONTEM, DE MADRID. TAMBÉM AQUI SE ACHA AINDA O CAPITÃO-GENERAL URRUTIA, E OS CORONÉIS DE GUARDAS ESPANHOLAS E VALONAS. DIZ-SE QUE VEM RECEBER AS INSTRUÇÕES PARA EXECUTAREM A REFORMA QUE SE FAZ NO EXÉRCITO, E ESTABELECEM A NOVA DISCIPLINA; MAS PODE SER QUE AS CIRCUNSTÂNCIAS ACTUAIS LHES FAÇAM EXPEDIR ORDENS DE OUTRA NATUREZA, SE POR DESGRAÇA SE NÃO

⁴⁷ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício nº 42, 16-4-1797, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa nº 643.

⁴⁸ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício nº 51, 8-5-1797, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa nº 643.

CONCERTA NO CONGRESSO A PAZ QUE DE INGLATERRA E DE PORTUGAL COM A FRANÇA»⁴⁹.

As esperanças depositadas na realização do Congresso de Berna saíram frustradas. Mas um acontecimento lateral veio contribuir para o desanuviamento. A 19 de Maio de 1797 nascia a Infanta Maria Isabel, filha do Príncipe D. João e de Carlota Joaquina. O júbilo por tal acontecimento também se fez sentir na Corte de Madrid, que decretou

«três dias de gala, que devem principiar amanhã, sendo o primeiro com uniforme, ou de Grande Gala, e para três noites de iluminação, que é mais que se praticava com a corte de Nápoles, e são as mesmas demonstrações de alegria com que se celebram aqui os nascimentos dos Infantes de Espanha. O que, nas actuais circunstâncias, deve ser mui lisonjeiro para a nossa Corte. Hoje, por este mesmo motivo, também se anunciou iluminação no teatro deste Sítio, o que se faz ver o modo de pensar do público a respeito de Portugal»⁵⁰.

A 26 de Maio, Diogo de Carvalho e Sampaio continuava a descrever as celebrações em Espanha pelo nascimento da Infanta portuguesa, sublinhando que os Reis Católicos

«tem mostrado a maior alegria possível por tão fausto sucesso; e em todos os três dias de gala, que ontem acabaram, apareceram cobertos de brilhantes; e El-Rei, sempre com vestido de Corte, o que nunca pratica em dias de meia gala. Todo o Corpo Diplomático me visitou, à excepção do Embaixador de França, mas este mesmo não deixou de ir à Corte e pôr luminárias em todas as janelas da sua casa»⁵¹.

Curiosamente, esta Infanta de Portugal agora nascida, D. Maria Isabel Francisca de Bragança, irá casar em 1817 com o rei de Espanha Fernando VII, vindo a falecer no ano seguinte.

Mais adiante, o diplomata informava que

⁴⁹ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício nº 56, 16-5-1797, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa nº 643.

⁵⁰ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício nº 58, 22-5-1797, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa nº 643.

⁵¹ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício nº 60, 26-5-1797, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa nº 643.

«OS GENERAIS URRUTIA E O’FARRIL JÁ PARTIRAM PARA A EXTREMADURA. O PRIMEIRO ME VISITOU, SEM QUE EU O TIVESSE PROCURADO, E LHE PAGUEI IMEDIATAMENTE A VISITA, POR LHE NÃO FALTAR À MESMA ATENÇÃO»⁵².

O armistício assinado entre o Imperador da Áustria e a França alimentava a esperança de uma próxima paz geral, porque, o entender do nosso optimista Embaixador, «as grandes guerras não duram mais de 5 ou 6 anos»⁵³. A França não podia aliviar a pressão nas fronteiras com a Alemanha e na Itália, ao mesmo tempo que as autoridades espanholas reafirmavam os desejos de paz com Portugal:

«Qualquer que seja, porém, o evento das coisas, já por este ano estaremos livres da guerra de Espanha, porque enquanto se passa o tempo do armistício, não é regular que os franceses retirem os seus exércitos das fronteiras de Alemanha; e a Espanha, sem que seja forçada por um exército francês de 60 000 homens, ao menos, não toma as armas contra Portugal; quanto mais, que sei com toda a certeza que El-Rei Católico disse, há mui pouco tempo, que bem longe de querer hostilizar a Portugal, desejava poder dilatar os domínios de seus filhos e netos; a quem amava de todo o coração».⁵⁴

A chegada da Divisão Auxiliar inglesa

O tão solicitado auxílio inglês chegou por fim. A 21 de Junho de 1797 entrava no Tejo uma esquadra vinda de Falmouth e da ilha de Elba, transportando tropas britânicas que andavam pelos 6 000 homens, sob o comando do Marechal de Campo Sir Charles Stuart, tendo como segundo comandante o Marechal de Campo Simon Frazer. O contingente era formado por um Regimento de Cavalaria, comandado por Sir James Saint-Clair Erskine, e cinco corpos de emigrados franceses, mais exactamente os Regimentos de Castries, Mortemar, la Charte e o corpo de Artilharia de Rotalier.

⁵² Idem.

⁵³ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício n.º 58, 22-5-1797, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa n.º 643.

⁵⁴ Idem.

Luís Pinto de Sousa avisou o governo espanhol da chegada dos ingleses, o que Manuel Godoy agradeceu, em carta a Carvalho de 2 de Julho, manifestando a satisfação do Rei de Espanha por essa demonstração de confiança.

Em Julho de 1797 registou-se um novo agravamento nas relações entre os dois Estados peninsulares devido a uma série de ataques ingleses a território espanhol. No início daquele mês, uma importante força comandada pelo Almirante Nelson atacou Cádiz, tendo que enfrentar a determinada resistência do General José Mazerredo, que repeliu os atacantes em toda a linha. A 22 de Julho, os britânicos investiram Santa Cruz de Tenerife, mas também foram rechaçados pela guarnição comandada por D. António Gutierrez, sofrendo avultadas baixas, entre as quais a do seu comandante, Nelson, que foi gravemente ferido com perda de um braço.

Estas acções não tiveram qualquer participação, directa ou indirecta, de Portugal ou de forças portuguesas, mas o facto de o nosso país ser o mais fiel aliado da Grã-Bretanha no Continente Europeu não podia deixar de se reflectir na Corte de Madrid.

Luís Pinto de Sousa protestou a inocência de Portugal, em carta a Manuel Godoy⁵⁵, mas os ataques ingleses contribuíram para indispor o Gabinete Espanhol. O Príncipe da Paz manifestou o seu desagrado junto de Carvalho e Sampaio, pelo facto de

«os ingleses, ao mesmo tempo que estavam hostilizando tão barbaramente esta monarquia, achassem tanto asilo e protecção em Portugal»⁵⁶.

E o nosso Embaixador aconselhava a uma maior cautela por parte das autoridades lusas em relação à ajuda prestada aos ingleses:

«Se a esquadra de Jervis entra por divisões nos nossos portos para se refrescar e prover do necessário; que se o dito Almirante faz entrar nos mesmos portos as suas presas de guerra, como fez em Lagos, depois do combate de 14 de Fevereiro; que, em tais termos, digo, apesar da legalidade e justiça da nossa conduta, nos arriscamos a muito. Sendo quase impossível, à vista da impressão que aqui fazem tais

⁵⁵ Luís Pinto de Sousa para Manuel Godoy, ANTT, MNE, carta de 19-7-1797, Despachos para as Legações, Livro 107, fols. 106 v. a 107.

⁵⁶ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício nº 81, 12-7-1797, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa nº 643.

procedimentos, o evitar um positivo rompimento entre as duas monarquias»⁵⁷.

O ataque a Cádiz acabou por ter consequências positivas para Portugal, uma vez que foram desviadas para aquela cidade cerca de 6000 homens que estavam concentrados junto a Badajoz. O mesmo sucedeu a outras tropas e material de guerra que seguiam em direcção à fronteira do Alentejo, ficando o Exército da Extremadura reduzido a escassos 7000 efectivos.

O falhado tratado de paz entre Portugal e a França de 10 de Agosto de 1797

Apesar de se encontrarem desde 1793 num estado de guerra não declarada, Portugal e a França sempre mantiveram contactos esporádicos e discretos, que ganharam maior intensidade a partir de Outubro de 1796 através de António de Araújo de Azevedo, futuro Conde da Barca. Desde o início das negociações na capital francesa, Lisboa informou o governo espanhol do sucedido, pelo menos parcialmente. A mediação espanhola prevista no Tratado de Basileia, e transferida para Paris na pessoa do Embaixador do Rei Católico, revelou-se infrutífera. António de Araújo de Azevedo, com uma grande autonomia em relação à Corte de Lisboa, conseguiu concluir um tratado com as autoridades francesas, que foi assinado a 10 de Agosto, ficando a aguardar ratificação de ambos os governos. As reacções, em Portugal foram um misto de surpresa e de indignação, considerando Luís Pinto de Sousa que Araújo tinha ido longe de mais nas cedências às posições francesas. O sector mais anglófilo, representado por D. Domingos de Sousa Coutinho, representante de Portugal em Turim, atacou vigorosamente Araújo, lançando sobre ele suspeitas de cumplicidade com os franceses e que sempre teriam existido desde que estivera na Holanda. O governo inglês juntou-se ao coro de protestos, repudiando a possibilidade de Portugal concluir um tratado em separado com Paris, o que deixaria Londres numa posição delicada, privada do tão necessário apoio português. O Directório estabeleceu um prazo de dois meses para que Portugal ratificasse o tratado, mas a Corte de Lisboa mostrou-se pouco inclinada a aceitá-lo integralmente. Havia que tomar uma decisão rapidamente, porque se o prazo imposto pelos franceses fosse ultrapassado, tudo ficaria sem efeito.

Confrontado com este dilema tão delicado – ratificar o tratado,

⁵⁷ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício nº 83, 14-7-1797, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa nº 643.

arriscando a hostilidade de Grã-Bretanha, ou não o fazer, irritando a França, podendo esta pressionar a Espanha para a invasão do nosso país - o governo português optou por uma solução intermédia, que não agradou a ninguém, como normalmente sucede com as posições dúbias e conciliatórias a qualquer preço. Portugal ratificaria o tratado, mas só parcialmente, ressaltando os artigos que entrassem em contradição com os tratados assinados com a Inglaterra.

Logo que o governo espanhol tomou conhecimento da assinatura do tratado de paz entre Portugal e a França, Manuel Godoy não escondeu a sua satisfação e anunciou ao nosso Embaixador que mandaria retirar as tropas concentradas junto à fronteira por serem completamente desnecessárias:

«aqui não se pensa mais em nos fazer a guerra porque aquelas tropas se retiram, não ficando mas praça fronteiriças mais do que as guarnições do costume»⁵⁸.

No terreno já se reflectia a nova situação. Agora, o trânsito de tropas e de material era inverso, seguindo de Badajoz para Sevilha e para Cádiz. Parecia definitivamente afastado o espectro de uma guerra entre Portugal e Espanha.

Mas as hesitações e adiamentos do governo português quanto à ratificação do tratado iria frustrar as expectativas. Era preciso, antes de mais, explicar a posição portuguesa ao governo de Londres, e para tal Luís Pinto de Sousa enviou ali, em Outubro de 1797, o Conde de Pombeiro. Se o governo britânico concordasse, o tratado seria de imediato remetido ao embaixador espanhol na capital francesa. Madrid avisava Lisboa quanto à necessidade da ratificação pura e simples e sem dilações, temendo que mais demoras resultassem na anulação do tratado. Finalmente, *in extremis*, o governo português declarou que adoptaria a ratificação pura e simples se a Grã-Bretanha concordasse. O optimismo reinante esfumou-se rapidamente. A 17 de Outubro, culminando as vitórias de Napoleão sobre os austríacos, era assinada a paz de Campo-Formio entre o Imperador da Áustria e a República Francesa. A 26 do mesmo mês, o Directório, perante o incumprimento dos prazos estabelecidos para a ratificação do tratado com Portugal, anulou o mesmo e pôs fim às negociações. Portugal ainda fez uma tentativa desesperada informando que ratificaria de forma absoluta do tratado, mesmo fora do prazo, enviando-o para Paris, na expectativa de que o Directório voltasse atrás, pedindo ao mesmo tempo os bons ofícios espanhóis junto da República Francesa. Nos finais de 1797, Portugal ainda estava confiante.

⁵⁸ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício nº 105, 2-9-1797, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 643.

Tudo foi em vão. A 27 de Dezembro, António de Araújo, a quem as autoridades francesas já não reconheciam qualquer estatuto diplomático, era detido em Paris pela polícia francesa, sob acusação de tentar corromper os Directores e outros políticos, e encerrado no dia seguinte na prisão do Templo.

Ventos de guerra

A possibilidade de um conflito entre Portugal, por um lado, a França e a Espanha, por outro, voltava a estar na ordem do dia. Manuel Godoy ordenou de novo às unidades que tinham sido afastadas da fronteira que marchassem para as posições ocupadas anteriormente. Carvalho e Sampaio informava, com algum alarme, sobre as notícias que circulavam na capital espanhola:

«EM MADRID É PÚBLICO QUE EM PERPIGNAN SE ACHA JÁ O GENERAL AUGERAU COM UM EXÉRCITO DE 30 000 HOMENS, COM QUE, DIZEM, DEVE ENTRAR EM ESPANHA PARA FAZER A GUERRA A PORTUGAL. NA CATALUNHA, HÁ GRANDE NÚMERO DE FRANCESES VESTIDOS DE PAISANOS QUE TAMBÉM SE DIZ SE HÃO-DE JUNTAR ÀS TROPAS DE LINHA PARA MARCHAR CONTRA PORTUGAL, O QUE O PÚBLICO ACREDITA PORQUE VÊ PASSAR EM MADRID UMA MULTIDÃO DE CIDADÃOS FRANCESES, SEM EMPREGO ALGUM; VÊ TAMBÉM ALI 3 GENERAIS DA MESMA NAÇÃO»⁵⁹.

Luís Pinto de Sousa manifestava a Godoy, em carta de 13 de Fevereiro de 1798, as preocupações de Portugal perante a onda de notícias alarmistas que apontavam para uma invasão a Portugal:

«Porém, seja-me lícito, Exm^o Senhor, não ocultar a V. Ex^a as repetidas vozes que se espalham de que um corpo de tropas francesas haja de passar a Espanha para atacar este Reino, e que faça confidente a V. Ex^a dos cuidados da Nação ao dito respeito»⁶⁰

O Príncipe da Paz desmentiu prontamente que pairasse qualquer ameaça sobre Portugal, reiterando o seu empenho em promover a paz entre Portugal e a França. Luís Pinto de Sousa aproveitou então a oportunidade para insistir junto de

⁵⁹ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício n^o 23, 27-2-1798, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 644.

⁶⁰ Luís Pinto de Sousa para Manuel Godoy, carta de 13-2-1798, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 108, fols. 42 v. a 44.

Godoy sobre a utilidade de uma negociação de paz entre a Espanha e a Grã-Bretanha, sob mediação portuguesa, assente no *status ante bellum*. Caso a Espanha aceitasse e ficasse numa posição delicada perante a França, então a Inglaterra comprometia-se a ajudar Madrid a enfrentar a cólera do seu antigo aliado. Mas Godoy nunca poderia aceitar tal plano, por duas razões de peso. A primeira era a oposição cada vez maior que tinha que enfrentar na Corte espanhola, estando as suas relações com os Reis a atravessar um momento difícil. O Príncipe da Paz só podia contar com um apoio certo – o do Directório. Aqui residia a segunda razão: no seio do órgão executivo francês, ganhavam força os elementos que detestavam Godoy e apostavam no seu afastamento.

Numa posição insustentável, Manuel Godoy demitiu-se a 28 de Março de 1798, passando Francisco Saavedra a desempenhar interinamente o seu cargo. Esta alteração preocupou profundamente as autoridades portuguesas, que continuavam a receber notícias alarmantes sobre movimentações militares espanholas e francesas. Relatórios recentes referiam uma grande expedição que se preparava em Toulon, para a qual se apontam destinos desencontrados – Inglaterra, Irlanda, levante, Egipto, Índia, e até o Brasil ou as ilhas atlânticas:

«SENDO INDUBITÁVEL QUE ESTAS FORÇAS DEVEM PASSAR AO OCEANO, DEVEMOS TEMER PELAS NOSSAS ILHAS, TANTO DA MADEIRA COMO DOS AÇORES»⁶¹.

Também se falava num desembarque em Málaga, Cádiz, ou na Galiza, mas nunca para um ataque directo a Portugal:

«seria insensato intentar qualquer desembarque no Porto ou em Lisboa, como para aí se tem escrito, vistas as forças britânicas que se acham nos nossos mares, e o ser quase impossível a entrada de navios de guerra naqueles portos sem práticos do país»⁶².

A dimensão das forças concentradas em Toulon antecipavam uma operação de grande envergadura:

«É SEM DÚVIDA QUE O GENERAL BONAPARTE JÁ CHEGOU ÀQUELE PORTO E SE ACHA EMBARCADO. A ARMADA CONSTA DE 21 NAVIOS DE LINHA E 15

⁶¹ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício nº 54 –A,, 24-4-1798, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 644.

⁶² Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício nº 33 A, 16-5-1798, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 644.

FRAGATAS, SEGUIDOS DE MAIS 150 TRANSPORTES, ACHANDO-SE JÁ EMBARCADOS QUASE 50000 MIL HOMENS DE TROPA REGULAR»⁶³.

Finalmente, o perigo foi afastado quando se soube qual a direcção seguida pela esquadra:

«assim me parece que poderemos estar seguros de que a esquadra de Toulon não virá para estas partes do Poente, e que podemos dar por conjurada a tempestade»⁶⁴.

Reiniciaram-se, entretanto, os contactos entre Portugal e França, com mediação espanhola, mas a verdadeira preocupação de Lisboa era ganhar tempo, adiando sistematicamente qualquer decisão, o que desagradava tanto a franceses como a espanhóis. Resulta claro, da análise da documentação disponível, que Portugal nunca procurou alcançar um acordo de paz com a França, isoladamente, apostando ou vitória da coligação anti-francesa, ou na celebração de uma conferência de paz geral obtida, de preferência, após a derrota da França. Assim se explica a nomeação sistemática emissários sem plenos poderes, e que por isso mesmo não podiam tomar decisões, fazendo constantes consultas a Lisboa, para irritação de espanhóis e franceses. Mesmo nos momentos mais críticos, em plena guerra de 1801, quando Luís Pinto de Sousa está em Badajoz a negociar com Godoy e com Luciano Bonaparte, mesmo nesse momento, em que Portugal sofria uma invasão, as manobras dilatórias foram as mesmas e o nosso negociador adia as decisões, aguardando instruções do Príncipe Regente. Só a força das circunstâncias, isto é, só a derrota militar das nossas tropas e o grande perigo em que Portugal estava é que levou Luís Pinto a agir com rapidez, fazendo exactamente o mesmo que tanto tinha criticado a António de Araújo de Azevedo – decidiu por si, sem aguardar instruções do príncipe D. João.

D. Diogo de Noronha, 8º Conde de Vila Verde, diplomata experimentado que já tinha sido nosso representante em Madrid, foi enviado à capital espanhola, juntamente com o Doutor José Manuel Pinto de Sousa, seguindo ambos para Paris, onde foram recebidos por Talleyrand. Mas logo que as autoridades francesas se aperceberam que os dois portugueses não estavam investidos de plenos poderes, prevendo que uma negociação que se arrastaria sem

⁶³ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício nº 71 - A, 29-5-1798, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 644.

⁶⁴ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício nº 72 - A, 1-6-1798, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 644.

decisões, interromperam de imediato os contactos e deram-lhes ordem de saída imediata de França, sob ameaça de detenção.

Portugal preparava-se como podia para a guerra, tentando preencher os regimentos desfalcados, organizando armazéns, deslocando forças para a fronteira. Confiava, acima de tudo, no poder naval inglês e na chegada de novos reforços terrestres. Mas Londres, frustrando aquelas expectativas, não só não enviava novas tropas como ainda retirou algumas das que tinha, chegado em 1797. Em Junho de 1798, General Stuart deixava Lisboa com destino à Grã-Bretanha, perante o desconforto do governo português, seguindo-o meses depois o General Frazer. Em Julho, os ingleses propuseram que a sua presença militar em Portugal fosse substituída por apoio financeiro, hipótese prontamente recusado pelas autoridades portuguesas que não cessavam de demonstrar, em sucessivos ofícios para Londres, que Portugal necessitava de tropas terrestres inglesas, e em número expressivo, sem as quais seria difícil ou mesmo impossível defender o Reino

As Operações no Mediterrâneo – novo motivo de atritos entre Portugal e Espanha.

Quando a esquadra de Bonaparte deixou Toulon, iludindo a vigilância dos navios ingleses que cruzavam o Mediterrâneo, encaminhando-se para o seu destino, o Egito, conquistando Malta a 12 de Junho. Diogo de Carvalho e Sampaio considerou a tomada daquela ilha como prejudicial a Portugal⁶⁵ e mais um motivo de indisposição da França e da Espanha para conosco. Em Madrid, a doença de Saavedra levou à sua substituição por Mariano Luís de Urquijo. Mas nada se alterou em relação a Portugal. Chegavam notícias desencontradas sobre a sorte da expedição ao Egito, dizendo uns que Bonaparte morrera quando o navio em que seguia foi afundado pelos ingleses, garantindo outros que ele tinha desembarcado em Alexandria, são e salvo, tal como toda a expedição.

A derrota da esquadra francesa em Abukir, a 1 de Agosto de 1798, ecoou em Paris como mais uma prova da má-fé portuguesa. Os relatos da batalha que chegavam a Paris, indicavam que entre a esquadra inglesa se encontravam navios de guerra portugueses, como Diogo de Carvalho e Sampaio comunicava a Luís Pinto de Sousa esses boatos:

«NA RELAÇÃO QUE DE ALEXANDRIA SE MANDOU AO GOVERNO DE FRANÇA, SE DIZIA QUE ENTRE A ESQUADRA INGLESA SE ACHAVAM NO TEMPO DO COMBATE CINCO NAVIOS DE GUERRA PORTUGUESES. AZARA, QUE DÁ ESTA NOTÍCIA, DIZ QUE TANTO AQUELE GOVERNO COMO TODO O POVO DE PARIS FICARAM MUI INDISPOSTOS CONTRA PORTUGAL, E QUE NOS NOTARAM DE PERFÍDIA, DE DUPLICIDADE E DE TERGIVERSAÇÃO; PRINCIPALMENTE A D. DIOGO DE NORONHA, QUE DEVENDO SABER, COMO CONSELHEIRO E ESTADO DE SUA MAJESTADE FIDELÍSSIMA, QUE OS DITOS NAVIOS SE TINHAM MANDADO PARA REFORÇAR A ESQUADRA INGLESA CONTRA A FRANÇA, SE TINHA POSTO EM MARCHA PARA PARIS, QUERENDO ILUDIR O DIRECTÓRIO

⁶⁵ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício nº 88, 11-7-1798, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 644.

COM A APARÊNCIA DE UMA NEGOCIAÇÃO DE PAZ»⁶⁶.

A participação portuguesa na batalha foi prontamente negada, mas esse desmentido, quanto a Abukir, não podia contrariar o conhecimento generalizado de que, no Mediterrâneo, uma esquadra portuguesa colaborava activamente com Nelson. Desde Maio de 1798 que o Almirante Marquês de Nisa assumira o comando de uma força naval destacada para cooperar com os ingleses no Mediterrâneo, deixando Lisboa a 5 daquele mês com uma divisão formada pelas naus *Príncipe Real* e *Rainha de Portugal*, às quais se reuniram depois as naus *Afonso de Albuquerque* e *São Sebastião*, a fragata *Benjamim* e o bergantim *Falcão*. Os navios portugueses participaram activamente no bloqueio de Malta⁶⁷ mas não na batalha de Abukir, encontrando-se nessa altura em Nápoles⁶⁸.

Outro incidente, ocorrido em Setembro de 1798, lançou de novo a discórdia entre Portugal e Espanha. O General Stuart regressou nessa altura a Lisboa, com uma força vinda de Inglaterra e com destino desconhecido. Na capital portuguesa desembarcou o Regimento nº 51, mas acabou por seguir viagem, frustrando as expectativas de que se tratava de mais um reforço. O objectivo da expedição comandada pelo General Stuart, e que escalara Lisboa, era a Ilha de Menorca, que foi atacada a 10 de Novembro, acabando os ingleses por tomar Porto Mahon. As autoridades portuguesas não foram informadas do destino da força expedicionária. Embora Portugal não estivesse envolvido no ataque, o nosso país foi, na prática, a base utilizada para uma agressão directa a território espanhol.

Carlos IV ficou particularmente irritado com o ataque a Mahon, e ordenou que todas as tropas disponíveis marchassem para a fronteiras assim que fosse dada ordem nesse sentido. Continuavam a organizar-se armazéns e diversos corpos de linha e de milícias marcharam para Badajoz e para a Galiza. Carvalho e Sampaio teve aceso a um hipotético plano espanhol que previa a utilização, na invasão de Portugal, de um exército entre 100 000 e 120 000 homens, que entraria em Portugal pelo Alentejo e pela Beira Baixa, enquanto outras forças o fariam a partir da Galiza em direcção ao Porto.

No início de 1799 dava-se como certa a autorização concedida por

⁶⁶ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício nº 125 - A, 25-9-1798, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 644.

⁶⁷ Geoffrey Bennett, *Nelson the Commander*, London, B. T. Batsford Ltd. 1972, p. 145 e 147.

⁶⁸ Veja-se António Marques Esparteiro, *O Almirante Marquês de Nisa*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1987. Esta edição é preferível à de 1944, por incluir parte do jornal do Marquês, em falta na primeira edição, e correspondente ao período de Maio de 1798 a Outubro de 1799.

Madrid para a passagem de tropas francesas em direcção a Portugal. Carvalho e Sampaio informava:

«PARA A FRONTEIRA DA GALIZA VÃO MARCHANDO ALGUNS REGIMENTOS DE MILÍCIAS, E SE DIZ QUE PARA ALI ESTÁ TAMBÉM DESTINADO O REGIMENTO DE SARAGOÇA, QUE SE ACHA DE GUARNIÇÃO EM MADRID. OS POLÍTICOS, À VISTA DESTES MOVIMENTOS MILITARES, TEMEM MUITO QUE HAJA ALGUMA NOVIDADE A RESPEITO DE PORTUGAL, POIS TODOS ESTÃO PERSUADIDOS DE QUE OS FRANCESES CONTINUAM A INSTAR PELA PASSAGEM DAS SUAS TROPAS CONTRA NÓS»⁶⁹.

Os Inspectores Gerais saíram e Madrid e o exército estacionado na Galiza já teria 20000 homens, sendo nomeado para o comandar o Tenente-general Gonzalo O'Farril

Outro incidente ocorrido mais uma vez no Mediterrâneo veio aumentar a tensão. Dois barcos portugueses que se dirigiam para Gibraltar ou Mahon foram capturados e outros três tiveram que entrar em Barcelona devido ao mau tempo. As autoridades espanholas acusavam o Governo português de estar a abastecer os ingleses, que ocupavam aqueles portos, enquanto Luís Pinto de Sousa de multiplicava em explicações, argumentando que os barcos eram particulares, que se tratava de uma iniciativa de comerciantes privados que nada tinham a ver com a Corte de Lisboa. Mesmo assim, foi mais uma acha para a fogueira .

Para mostrar à Espanha e à França as boas intenções de Portugal, Luís Pinto de Sousa anuncia ao Duque de Frias, Embaixador espanhol em Lisboa, que ia ser retirada a nossa esquadra do Mediterrâneo. Assim se fez, mas o Almirante Nelson opôs-se tenazmente à partida dos navios portugueses, contrariando a determinação de Lisboa. Quando o Almirante Marquês de Nisa⁷⁰ o informou das ordens que tinha recebido, Nelson respondeu-lhe que as que ele tinha, provenientes do Governo Britânico, eram em sentido contrário, e não autorizou a sua partida. Só a 25 de Março de 1800 é que a famosa esquadra portuguesa regressou a Lisboa,

⁶⁹ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício de 5-3-1799, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 645.

⁷⁰ Sobre as operações no mar, v. o estudo de António Marques Esparteiro, O Almirante Marquês de Nisa, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1987. Esta edição é preferível à 1ª, de 1944, por incluir diversos cadernos do «Jornal do Marquês de Nisa», entretanto encontrados.

depois de muitos meses de embaraços criados por Horácio Nelson, entrando no Tejo num estado lastimoso porque durante a sua permanência no Mediterrâneo praticamente não sofrera reparações.

Na América, corsários franceses baseados no Rio da Prata atacavam barcos portugueses que depois conduziam para Montevidéu. Frente aos protestos portugueses, as autoridades espanholas declaravam-se impotentes para contrariarem os seu poderoso aliado. A assinatura de dois tratados entre Portugal e a Rússia, um, comercial, a 29 de Junho de 1799, e o outro, de aliança defensiva, a 18 de Setembro, foi vista como mais uma manifestação de má-vontade de Lisboa em relação a Madrid, tanto mais que aquele segundo tratado quase coincidiu com a declaração de guerra entre a Rússia e a Espanha.

Outros acontecimentos ocorridos em França iriam influenciar o quadro das relações luso-hispano-francesas.

O golpe de estado de 18 de Brumário era noticiado por Carvalho e Sampaio, a 19 de Novembro de 1799, classificando o sucedido de:

«extraordinária notícia da grande mudança que acaba de fazer-se no governo da República Francesa. Dos decretos e proclamações adjuntas constarão a V. Ex^a as providências que se tomaram por parte do Governo de França, para operar a mudança em questão»⁷¹.

Carvalho e Sampaio informava, erradamente, que os três Cônsules nomeados era Sieyès, Ducos e Berthier, para, a 23 de Novembro rectificar, anunciando a inclusão de Bonaparte. Nada indicava uma alteração na política do Consulado face a Portugal, apontando todos os sinais num sentido diferente: o General Augerau foi enviado a Madrid, constando que iria comandar a invasão de Portugal, e o irmão de Bonaparte, Luciano, fora indigitado como Embaixador em Espanha. Sampaio era categórico ao escrever que

«A NOVA REVOLUÇÃO DA FRANÇA NÃO ALTEROU EM COISA ALGUMA AS RELAÇÕES POLÍTICAS DAQUELE GOVERNO COM AS DEMAIS POTÊNCIAS (...). E PELO QUE TOCA A ESTA MONARQUIA, TUDO CORRE DO MESMO

⁷¹ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício de 19-11-1799, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 645.

MODO QUE ANTES DA MENCIONADA REVOLUÇÃO, SEM QUE NINGUÉM SE APERCEBA DA MENOR MUDANÇA»⁷².

Em Madrid circulavam notícias segundo as quais Sieyès e Napoleão tinham proposto à Espanha a invasão de Portugal, mas sem que nada tenha sido decidido:

«ou seja pela estação em que nos achamos, ou pelos embaraços em que se acha o novo Governo de França, nada se decidiu sobre este particular. É natural que até à Primavera não nos inquietem; e devemos esperar que a Espanha se oponha a esta invasão pela inevitável ruína que dela lhe deve resultar. Em todo o caso, porém, exige a prudência e a sã política que nos preparemos para uma vigorosa defesa, que é o único partido que nos resta depois do que se tem passado, pois a Espanha não poderá mudar de sistema, nem a França deixará de perseguir-nos, parecendo-lhe que dá um grande golpe à Inglaterra, com atacar a Portugal»⁷³.

Novos contactos com Mariano Urquijo fizeram renascer, nos finais de 1799, as esperanças de novas conversações com vistas à paz. Com o habitual optimismo, Carvalho e Sampaio sublinhava que

«NEM A FRANÇA NEM A ESPANHA ESTÃO PARA NOVAS GUERRAS, VISTO O ESTADO ACTUAL DA SUA FAZENDA E OUTRAS RAZÕES QUE É INÚTIL APONTAR»⁷⁴.

Mas as desconfianças espanholas subsistiam. Luís Pinto de Sousa garantia ao Governo de Madrid que o tratado com a Rússia não era dirigido contra a Espanha, mas Carlos IV, que ameaçou mandar retirar o seu Embaixador em Lisboa, numa Junta de estado, não deixou margem para dúvidas, declarando :

«É preciso romper com Portugal, porque este tratado é todo feito em ódio à Espanha, que é a única potência que pode atacar Portugal, e logo trouxe à memória a permanência da esquadra portuguesa no Mediterrâneo, o embarque das tropas inglesas em Lisboa e outras mil

⁷² Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício de 3-12-1799, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 645.

⁷³ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício de 10-12-1799, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 645.

⁷⁴ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício de 22-12-1799, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 645.

coisas que aqui se tem por ofensivas. O Ministro da Guerra, que estava presente, disse a El-Rei: que Sua Majestade podia dispor de 120 mil homens, entre tropas de linha e Milícias; e que o General Urrutia (que é o primeiro de Espanha) lhe tinha dito que só com as Milícias e 20 mil homens do Exército, se obrigava a conquistar Portugal»⁷⁵.

Perante esses perigos, Luís Pinto de Sousa procurou assegurar o auxílio do mais antigo e do mais recente aliado de Portugal, ordenando ao nossos Embaixadores em S. Petersburgo, Francisco José da Horta Machado, e em Londres, D. João de Almeida de Melo e Castro que solicitassem ajuda urgente aos governos russo e inglês.

Chegavam, entretanto, notícias vagas sobre o destino das numerosas tropas francesas estacionadas na Vandeia. Em Madrid constava que 80000 homens se destinavam a Portugal:

«Diz-se que uma parte daquele exército passará por mar a Vigo, sobre a Armada combinada que se acha em Brest, para nos atacar pelo Minho. E que a outra parte virá por terra, incorporar-se com o exército espanhol, que nos deve atacar pelo Alentejo e pela Beira»⁷⁶.

Outros boatos apontavam para que aquelas tropas se dirigissem para Itália e ainda outros que, afinal, ficariam na Vandeia para prever futuras insurreições monárquicas. Em Março de 1800, Carvalho e Sampaio dava conta que tinha partido de Madrid com destino a Badajoz um Batalhão do Regimento de Saragoça, e que no dia 17 partia outro com o mesmo destino, somando ambos 1600 homens. Igualmente informava que 8 Regimentos de Milícias da Andaluzia e de Castela receberam ordem para se aprontarem para partir para a Galiza⁷⁷. A 18, o General Urrutia estava em Madrid, chamado pelo Rei. A 25, Carvalho e Sampaio informava:

«Estão dadas ordens para marcharem, ao primeiro aviso, 80000 homens contra Portugal. O plano das operações está concertado, como já noutra ocasião e em iguais circunstâncias avisei a V. Ex^a, isto é, de atacarem em quatro colunas, cada uma de 20000 homens; duas

⁷⁵ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício de 10-2-1800, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 646.

⁷⁶ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício de 25-2-1800, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 646.

⁷⁷ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício de 14-3-1800, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 646.

sobre Lisboa, entrando por Elvas e por Castelo Branco, e duas sobre o Porto, entrando por Almeida e por Valença. A Espanha quer ver se tomando sobre si esta guerra, evita a entrada dos franceses na Península»⁷⁸.

As remessas de tropas espanholas para a fronteira sofrerem uma paragen, mas as notícias das vitórias francesas podiam levar Paris a disponibilizar tropas para a Península:

«de um instante para o outro nos podemos achar com um exército de 120000 homens sobre as nossas fronteiras; o que não pode deixar de causar-nos o maior incómodo, quaisquer que sejam os resultados»⁷⁹.

A 20 de Junho de 1800, as informações chegadas a Lisboa apontavam para a concentração, junto às fronteiras portuguesas, de 16500 homens na Galiza, 19400 na Andaluzia, 9800 na Extremadura, 6400 no Reino de Leão, 7800 em Salamanca e 7400 em Ciudad Rodrigo.

De Ferrol marchavam para a fronteira quatro mil homens, e foram nomeados os Ajudantes Gerais das quatro fronteiras de Portugal.

As derradeiras tentativas para evitar a guerra

O nosso Embaixador em Madrid sentia como o ambiente se deteriorava. O tom mudara substancialmente nas entrevistas com Urquijo, usando este «um tom mais militar que ministerial, e por assim dizer quase com a espada na mão»⁸⁰.

«Esteve aqui ontem o General Urrutia, com quem se concertou a remessa de artilharia para Badajoz, tanto de Barcelona como de Sevilha; ontem mesmo se passaram as ordens para se porem as Milícias sobre as armas, a fim de desembaraçar as tropas de linha para o que ocorra. Aqui estão persuadidos de que em caso de guerra, porão sobre a nosa fronteira um exército de 50 000 homens, sem contar as

⁷⁸ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício de 25-3-1800, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 646.

⁷⁹ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício de 19-5-1800, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 646.

⁸⁰ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício de 18-8-1800, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 646.

Milícias, e darão passo a 20 000 franceses»⁸¹.

Portugal ainda podia evitar a guerra se fizesse um esforço, de acordo com as autoridades espanholas, nomeando um plenipotenciário com efectivamente o fosse, isto é, que estivesse munido de plenos poderes e que tomasse decisões sem as habituais dilações, entrando em conversações com a França com mediação espanhola. O Governo de Lisboa nomeou então como Plenipotenciário a D. Alexandre de Sousa Holstein, sobre o qual pesava um enorme óbice. Ele já tinha sido nomeado anteriormente nosso representante diplomático de Portugal em Madrid, mas não obtivera o consentimento da Corte espanhola que o considerava hostil à França e muito ligado à Inglaterra. Ora, indicá-lo para tão delicada missão num momento como aquele, em que a guerra estava eminente, parecia uma autêntica provocação, e como tal foi considerada pela Espanha. D. Mariano Urquijo não hesitou em classificá-lo como :

«Uma pessoa conhecida nos Conselhos de Sua Alteza Real e fora deles, como inimigo da paz proposta, e apóstolo da continuação da guerra, como partidário de um sistema funesto que há-de envolver Portugal na ruína»⁸².

O Ministro espanhol, recusando D. Alexandre, incitava Portugal a nomear alguém que oferecesse garantias de isenção. Simultaneamente, a engrenagem militar não se detinha:

«TODO O EXÉRCITO ESPANHOL SE ACHA EM MOVIMENTO PARA A FRONTEIRA DE PORTUGAL, E DA LISTA ADJUNTA CVERÁ V. EX^a OS CORPOS MAIS DISTINGUIDOS QUE ESTÃO EM MARCHA. QUANTO AOS GENERAIS, SÓ ESTÁ EFECTIVAMENTE NOMEADO O DUQUE DO INFANTADO»⁸³.

No início de Setembro de 1800, Madrid estabelecia as bases sobre as quais devia assentar a paz. Urquijo declarava então ao nosso Embaixador que Carlos IV «se encontrava tão enfadado contra Portugal que quase não queria ouvir falar

⁸¹ Idem..

⁸² Mariano Urquijo para Diogo de Carvalho e Sampaio, carta de 17-8-1800, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 646.

⁸³ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício de 29-8-1800, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 646.

mais de negociações»⁸⁴. Como última oportunidade, Lisboa devia conformar-se com as seguintes condições:

1. Que Portugal se prestasse sinceramente e de boa fé a fazer a paz com a França debaixo das condições que ultimamente lhe foram propostas por aquele Governo.
2. Que se deviam expedir a Carvalho e Sampaio os poderes necessários para partir imediatamente para Paris a concluir esta negociação, pois se não admitia outro negociador, vistos os embaraços que tinham ocorrido em Paris com António de Araújo e D. Diogo de Noronha. Não permitindo, também, o estado das coisas a demora que poderia causar a vinda de qualquer Ministro português nas Cortes estrangeiras.
3. Finalmente, que esta resposta devia vir no preciso termo de três dias contados desde a chegada do correio a Lisboa. Sem o que não seria admitida qualquer que ela fosse, e se mandaria retirar o Embaixador espanhol em Lisboa.

Estas condições não agradaram a Luís Pinto de Sousa, nomeadamente a insistência, muito suspeita, de que o Plenipotenciário português fosse Diogo de Carvalho, o qual sempre mostrou sinais de pouca firmeza.

Nessa altura, estavam já nomeados os Generais Urrutia, como General em Chefe, o Duque do Infantado seu Ajudante General, «são todos dos mais distinguidos do Exército Espanhol e que militaram com muita reputação na última guerra contra a França»⁸⁵. Aguardava-se a chegada do general Bérthier a Espanha, ficando os milhares de homens sob o seu comando estacionados em Bordéus e Toulouse.

Num momento tão delicado, os ingleses contribuíram, de novo, para colocar Portugal numa situação ainda mais difícil. A 25 de Agosto, forças inglesas desembarcaram na praia de Domiños, junto a Ferrol, na Galiza, travando combate com os espanhóis. Era voz corrente que, depois da acção, os ingleses tinham recolhido a Lisboa, o que mais uma vez tornava Portugal cúmplice no ataque.

Em Espanha, Bérthier deslocou-se a diversos locais e avistou-se com as autoridades, fazendo despertar suspeitas quanto à sua missão. De Paris chegou um passaporte em branco destinado ao futuro negociador português, e Carvalho e Sampaio recomendava, como era habitual, a máxima prudência na aceitação da condi-

⁸⁴ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, ofício de 1-9-1800, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 646.

⁸⁵ Idem.

ções francesas:

«Cria-me V. Ex^a que, por mais duras que elas pareçam, são o único meio que nos resta de sairmos do mau passo em que nos achamos, e que se as ditas condições se não abraçam com a brevidade proposta, passaremos infalivelmente pelos trabalhos e incertezas de uma guerra cruel e destrutiva»⁸⁶.

Luis Pinto de Sousa pôs então a hipótese de ser ele, pessoalmente, a deslocar-se a Madrid para as negociações.

Subitamente, um conjunto de factores coincidiram no atenuar da tensão. Bèrthier, depois das suas viagens de inspecção, partiu para Paris a 28 de Outubro. Em Cádiz declarou-se uma epidemia e tiveram que ser tomadas medidas urgentes para evitar o contágio na Andaluzia, formando-se um cordão sanitário que mobilizou 12 000 homens.

O Exército da Extremadura ficou paralisado:

«NÃO É NATURAL QUE SIGAM OS PREPARATIVOS MILITARES, COM GRANDE ACTIVIDADE, À VISTA DO CONTÁGIO DE ANDALUZIA QUE, SE CHEGASSE A TOCAR O EXÉRCITO, PODERIA DESTRUÍ-LO INTEIRAMENTE. SUPONHO QUE POR ESTE MOTIVO SE ACHAM ACANTONADAS AS TROPAS DO EXÉRCITO DA EXTREMADURA NOS PRINCIPAIS LUGARES DAQUELA PROVÍNCIA, SEM QUE ATÉ AGORA SE TENHA ORGANIZADO EM FORMA O MESMO EXÉRCITO»⁸⁷.

A nível internacional, as expectativas em torno do Congresso de Lunneville também contribuíram para a distensão e a chegada do novo Embaixador Francês, Luciano Bonaparte, criou um compasso de espera. Em Dezembro, Mariano Urquijo era exonerado do cargo de Primeiro Secretário de Estado e do Despacho e substituído por D. Pedro Cevallos⁸⁸. Mudança que não se revelou

⁸⁶ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luis Pinto de Sousa, carta de 7-9-1800, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 646

⁸⁷ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luis Pinto de Sousa, carta de 4-11-1800, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 646

⁸⁸ Não confundir este D. Pedro Cevallos Guerra (1764 – 1840), parente de Manuel Godoy, que foi Ministro com Fernando VII e José Bonaparte, sendo depois reabilitado pelo mesmo Fernando VII que o fez de

favorável a Portugal, como Carvalho e Sampaio sentiu: «a Cevallos acho maior dureza do que em todos os seus cinco predecessores»⁸⁹. Mas o acontecimento mais notável foi o regresso triunfal de D. Manuel Godoy à vida política :

«O Príncipe da Paz se acha nomeado Generalíssimo dos Exércitos de Espanha contra Portugal, e o Príncipe de Sangro⁹⁰, General em chefe do Exército da Extremadura, e diversos outros generais se acham também nomeados para esta expedição»⁹¹.

O nosso Embaixador em Madrid manteve, a partir de então, diversas conferências informais tanto com D. Pedro Cevallos, como com D. Manuel Godoy, como com o próprio Luciano Bonaparte, sem resultados positivos para Portugal. A 28 de Janeiro de 1801, Carvalho e Sampaio teve nova entrevista com Godoy e com Luciano Bonaparte, que lhe exigiu o rompimento de Portugal com a Inglaterra, sem o que a guerra seria infalível⁹².

No dia seguinte, Luciano assinava com a Espanha um convénio que previa a invasão de Portugal caso este país não cumprisse as seguintes obrigações: abandono da aliança com a Inglaterra; encerramento dos portos aos barcos daquela nação, abrindo-os em contrapartida aos franceses e espanhóis; entrega, como penhor pela restituição de Malta e de Mahon, de uma ou mais províncias com um quarto da população do reino; pagamento de uma indemnização à Espanha⁹³.

O Embaixador de Portugal enviava então para Lisboa a relação dos oficiais generais destinados aos exércitos junto à fronteira portuguesa⁹⁴:

Príncipe da Paz, Generalíssimo os Exércitos de Extremadura, Castela e Galiza

novo Ministro em 1814, com D. Pedro António de Cevallos (1715 – 1778), militar e político, de que falaremos no capítulo seguinte.

⁸⁹ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, carta particular de 19 (?) -1-1801, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 647.

⁹⁰ Paulo Sangro, Príncipe de Castelfranco (1740 – 1815) foi um dos jovens oficiais que foi para Espanha com Carlos III quando este deixou o trono de Nápoles para ocupar o trono deixado vago por seu irmão, Fernando VI. Foi Vice-Rei de Navarra e embaixador em Viena.

⁹¹ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, carta de 11-1-1801, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 647.

⁹² Sobre estes contactos v. o nosso livro *A Guerra das Naranjas*, citado, pp. 41 e 42.

⁹³ Andrés Muriel, *Historia de Carlos IV*, Madrid, Ed. Atlas, 1959, Vol. II, pp. 234 e 235.

⁹⁴ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, carta nº 20, de 15-2-1801, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 647.

Capitães-generais:

Príncipe de Castelfranco, Comandante General dos 2 exércitos

D. José Urrutia, Comandante General Engenheiro

Tenentes-generais:

D. Ventura Escalante

D. Juan Manuel la Cagigal

Marquês de Castelar

D. Tomás Morla

D. Joaquin Palafox

D. Joaquin Oquendo, Inspector de Infantaria

D. António Barradas, Inspector de Cavalaria

D. Joaquin Herédia, Comandante de Carabineiros Reais

O Cavalheiro Bernard, Comandante de Guardas de Corps

Marechais de Campo

Duque do Infantado – Castela

Cavalheiro Solano – Andaluzia

Cavalheiro Pardo – Galiza

Cavalheiro Gregório – Badajoz

Duque de Frias Uceda – Badajoz

Cavalheiro Bera - Galiza

A 14 de Fevereiro, D. Manuel Godoy deixava Aranjuez com destino a Madrid, para daí passar a Badajoz.

Decorreu então a tentativa derradeira para travar a lógica de guerra que parecia imparável. O Governo português nomeou, por fim, o tão desejado Plenipotenciário, tendo a escolha recaído sobre D. José Maria de Sousa Mourão e Vasconcelos, Morgado de Mateus, que foi enviado com urgência à capital espanhola. Ali chegou no dia 19 de Fevereiro, o mesmo dia em que o Embaixador espanhol, Duque de Frias, deixava Lisboa. D. José Maria encontrou na Corte madrilena um clima de grande hostilidade. No dia 20 Godoy recebeu-o com cordialidade e Pedro Cevallos com frieza. Mas não foi apresentado ao Monarca. O tempo das negociações já tinha passado. Cevallos deu ordem de expulsão a Diogo de Carvalho e Sampaio e ao Plenipotenciário português. O Embaixador partiu de Aranjuez a 24 de Fevereiro, encontrando-se a 28 com D. José Maria de Sousa em Madrid, de onde regressaram a Portugal.

A 27 a Espanha declarou guerra a Portugal, o que foi ratificado pelo Conselho de Castela a 1 de Março.

Depois de um compasso de espera de quase dois meses, as divisões espanholas concentradas junto à fronteira do Alto Alentejo entravam em território português a 20 de Maio de 1801, dando início à Guerra das Laranjas.